Intervenção de São José Almeida, jornalista do PÚBLICO

Boa tarde

Já muito foi hoje aqui dito. Eu proponho–me questionar o caminho que tem sido feito na comunicação social portuguesa e sobretudo questionar sobre se de facto a imagem que passa hoje na comunicação social sobre deficientes é muito diferente da ideia difundida no século XIX de deficiente enquanto “freaks”, ou seja, enquanto “aberração”.

É sabido e está estudado que a afirmação da identidade se faz socialmente através da contraposição e do relacionamento com o outro, com o diferente. E que é a afirmação da nossa identidade que leva à discriminação do outro, do diferente. É o medo do diferente, do que não conhecemos, do que não nos é familiar e igual que leva à discriminação.

Esta discriminação tem historicamente adquirido múltiplas formas. Mas é sempre estigmatizadora e reduz sempre o outro a algo menor, algo subjugado a nós – os normais. Isto de acordo com o pensamento e a lógica binária característica do ser humano. Há os normais, nós, cada vez mais iguais – Vivemos a época dos cyborg corpos, em que as cirurgias plásticas e a ginástica e os químicos até nos fazem todos iguais em músculos e formas, a prova de como o nós é opressivo e tenta reconstruir a realidade que é a diversidade de corpos: pergunto: há duas pessoas iguais?

Mas há, portanto, o nós. E há os outros, os diferentes, os estranhos, os que não são iguais a nós, os que nos interpelam na sua diferença, os que nos assustam porque nos interpelam, os que, por isso, são por nós excluídos. Os anormais.

Esta discriminação pode ser, por um lado, repressiva e opressora – como foi com os negros, ao longo de cinco séculos e como foi com as mulheres ao longo de mais séculos e como é ainda hoje com estas duas minorias em direitos. E também como foi com as minorias sexuais, por exemplo, com os homossexuais e as lésbicas desde que no século XIX foi estabelecido que este comportamento era uma doença – categorização patológica que, entretanto, deixou de existir na lei em cada vez mais países, desde que, primeiro, em 1973 saiu da lista das doenças da Associação Americana de Psiquiatria e, sobretudo, depois de em 1993 ter sido retirada da lista das doenças da Organização Mundial de Saúde.

Mas essa discriminação repressiva e/ou opressora, que ainda hoje existe socialmente, é diferente de uma outra discriminação que tem sido feita ao longo da história e que se perpetua, ainda que sob novas formas, até aparentemente positivas e beneficiando do que se chama precisamente de discriminação positiva. A discriminação dos chamados deficientes.

Não quero com isto criticar em absoluto as medidas de discriminação positiva, seja para o que for. Mas o que é facto é que de certa forma elas perpetuam a visão do diferente, institucionalizam a diferença e é bom que tenhamos disso consciência. E institucionalizem de facto a diferença e não a anormalidade.

Ou seja quando hoje falamos em deficientes – e pensemos como até esta designação é estigmatizante: se é deficiente é porque tem um défice de qualquer coisa, é porque lhe falta qualquer coisa para ser igual a nós, os normais –, mas, quando hoje, se fala em deficientes é bom não esquecer nunca o universo diversificado de situações que estamos a contemplar, cada uma única e diversa entre si. E que não é reduzível a uma categoria ou até a duas categorias os deficientes físicos e os deficientes mentais.

E o problema da imagem que a comunicação social passa dos deficientes é precisamente condicionada por esta realidade. Uma imagem que forma a mentalidade social - está por demais estudada também que a propaganda que formata a sociedade hoje em dia tem como instrumentos a comunicação social e a publicidade.

A imagem que a comunicação passa, e isto quando fala do assunto - ou seja, quando se sente compelida a isso por pressão da agenda política e pela pressão das associações civis que representam os chamados deficientes, já que a maior parte do tempo essa realidade não existe para a comunicação social -, mas a imagem que a comunicação passa é uma imagem discriminada, é a imagem da aberração de feira, do coitadinho. Tão coitadinho que até a comunicação social se sente a obrigação de tratar o assunto de vez em quando.

Os problemas e os direitos e as necessidades dos chamados deficientes é um assunto ignorado pela comunicação social, porque passa ao lado do que é a agenda que interessa ao poder editorial, passa ao lado do que se pensa serem os assuntos sobre os quais é preciso e urgente formar opinião e formatar a mentalidade social. E que são e de há uns anos já, a crise económica e financeira e a suposta inevitabilidade da austeridade, a suposta inevitabilidade dos cortes no Orçamento de Estado, na prestação de serviços sociais pelo Estado. E os chamados deficientes, de vez em quando, lá são tema de fundo ou de reportagem, a propósito de um colóquio ou de um estudo. Ou por iniciativa individual de um ou outro jornalista. Ou no cumprimento de políticas públicas. Por isso, é importante que as organizações chateiem, chateiem muito.

Afinal os órgãos de comunicação social são feitos por pessoas comuns. Os jornalistas são pessoas comuns e esta imagem e esta

concepção, apesar de todas as suas evoluções positivas e destinadas a respeitar as pessoas, passam de pais para filhos.

Lembro uma coisa que todos sabem, mas que é para mim incontornável e decisiva na perpetuação de uma visão diminuidora e limitativa de pessoas que, por gestação ou por acidente ou por doença ou por outra razão qualquer, são diferentes.

Quando uma criança repara em alguém fisicamente diferente, em alguém que, por exemplo, não tem uma perna, e pergunta: O que é que ele tem? A mãe ou o pai respondem: Não tem uma perna, coitadinho.

E é esta noção do coitadinho que perdura ainda hoje na comunicação social e na sociedade. Ainda que transformada em discriminações positivas. E repito, ainda bem que há discriminações positivas, pois melhora substancialmente a qualidade de vida das pessoas a quem se destinam.

Hoje, quando falamos em deficientes, até podemos chamar-lhes invisuais e não cegos, portadores de deficiência motora e não coxos, portadores de deficiência auditiva e não surdos, portadores de deficiência mental e não débeis mentais ou mesmo anormais, portador de síndrome de down e não mongolóide, mas apesar de todas as tentativas – e ainda bem que as há – de discriminar positivamente, o modo como a sociedade e a comunicação social olham para os deficientes é como aberrações.

Aberrações que são vistas como alguém que precisa de cuidado, de ajuda de protecção, que precisa de ser protegido e bem tratado. Mas ainda assim uma aberração. Alguém não apenas diferente de nós, mas alguém deficiente em relação a nós, alguém que tem um

défice, alguém a quem falta algo. Nunca como alguém que é diferente, mas que é um ser tão completo como eu sou um ser completo. Apenas diferente.

E é dessa diversidade e do reconhecimento ao direito de ser diferente. E a ser visto como um ser integro que deve ser feita a inclusão e a democracia plena, ainda tão longe da sociedade portuguesa. Uma sociedade que trate todos com a devida dignidade.

São João do Estoril, 25 de Setembro de 2011